



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (27) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

www.camarasdn.es.gov.br / admin@camarasdn.es.gov.br

Ano 2023

# PROCESSO

Nº 212

**INTERESSADO:** PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

**PROJETO:** Mensagem nº 32 capeando o Projeto de Lei nº 32 de 05 de dezembro de 2023

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO	DIA/MÊS	VEREADORES PRESENTES	VEREADORES APROVAM O PROJETO	VEREADORES REJEITAM O PROJETO	VEREADORES ABSTÊM-SE DO PROJETO
EXPEDIENTE	11.12.23	8			
1ª DISCUSSÃO	11.12.23	8	7	-	-
2ª DISCUSSÃO	14.12.23	6	5	-	-

TRAMITAÇÃO	VEREADORES CONTRÁRIOS AO PROJETO
1ª DISCUSSÃO	
2ª DISCUSSÃO	

DATA	PEDIDO DE VISTAS (VEREADORES)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES

MENSAGEM Nº 32, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.



Exm.º Sr.

**LEONEL MENEGUITE**

**DD. Presidente da Câmara Municipal**

**São Domingos do Norte – E.S.**

Encaminhamos para a aprovação a presente Lei, que visa autoriza autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias carentes no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências.

Sabe-se que através do Decreto Municipal nº 1.827, de 28 de abril de 2021, foi declarado de Utilidade Pública, denominado “LOTEAMENTO KIKO”, situado no lugar denominado Córrego Serra da Mula, no Município de São Domingos do Norte/ES, cuja finalidade é a construção de moradias e também contemplar pessoas consideradas de baixa renda.

A presente lei visa dar maior transparência aos atos da administração, além de cumprir o requisito da legalidade, conferindo a autorização legislativa para que o Município possa realizar a transferência de seu patrimônio para os beneficiários que cumprirem as exigências da lei.

Diante do exposto e certo da importância do projeto de lei em tela, solicito que o mesmo seja apreciado **EM REGIME DE URGÊNCIA** por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Atenciosamente,

  
ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

  
**Câmara Municipal**  
**São Domingos do Norte**

**PROCESSO: Nº 000212/2023 05/12/2023**

**Origem: ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA**

**Assunto:** MENSAGEM Nº 32 - Capeando o Projeto de Lei nº 32, de 05 de dezembro de 2023, que " Dispõe sobre autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias carentes no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.



Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O “Loteamento Kiko”, situado no lugar denominado Córrego Serra da Mula, no Município de São Domingos do Norte/ES, passará a se chamar “PARQUE RESIDENCIAL MANELÃO” após a publicação desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a doação às famílias previamente cadastradas em programa próprio de habitação de Interesse Social do Município, dos bens imóveis, de propriedade do Município de São Domingos do Norte, com e sem benfeitorias, todos localizados no denominado “Parque Residencial Manelão”, cujas propriedades se encontram no Anexo I desta Lei.

§1º Fica a doação prevista no *caput* deste artigo condicionada à apresentação de parecer social pela Comissão Especial de Habitação que justifique e comprove o cumprimento de requisitos sociais objetivos, que fundamentem a doação de que trata esta Lei.

§ 2º A Comissão Especial de Habitação será composta por no mínimo 3 (três) servidores e será constituída e regulamentada por Decreto Municipal do Prefeito.

Art. 3º Para ser beneficiário das doações, os beneficiários deverão cumprir o seguinte requisito de renda:

a) Serão beneficiadas dos lotes com casas populares construídas aquelas pessoas cuja renda familiar não seja superior à 2 (dois) salários mínimos vigente na data da emissão do parecer social pela Comissão Especial de Habitação.

b) Serão beneficiados dos lotes sem benfeitorias aqueles que comprovarem a renda familiar limitada à 05 (cinco) salários mínimos vigente na data da emissão do parecer social pela Comissão Especial de Habitação.

Art. 4º Após a seleção dos beneficiários o Município deverá publicar a relação de nome dos beneficiários no Diário Oficial dos Municípios para que os interessados apresentem impugnação no prazo de 15 dias.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES



§ 1º A impugnação deverá ser dirigida à Comissão Especial de Habitação e deverá ser acompanhada de prova cabal de que o beneficiário impugnado não cumpre os requisitos legais de que trata esta lei para ser beneficiário do programa habitacional.

§ 2º A impugnação que for apresentada sem documentos comprobatórios das alegações não será conhecida pela Comissão Especial de Habitação.

§ 3º Da decisão da Comissão Especial de Habitação caberá recurso no prazo de 5 dias para a Prefeita Municipal.

Art. 5º Não será contemplado por esta Lei, sob qualquer pretexto, o beneficiário ou cônjuge que possuir imóvel urbano ou rural, no Município de São Domingos do Norte ou fora dele, devendo o beneficiário declarar no ato de habilitação que não possui qualquer imóvel em seu nome e que não tenha recebido qualquer atendimento habitacional anterior, exceto Aluguel Social, seja em nível Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 6º As doações dos lotes de interesse social somente poderão ser realizadas se atendidos os seguintes requisitos:

I – compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

II – Assinatura de termo de compromisso com as obrigações a serem assumidas;

III – Comprovação de que o beneficiário reside no Município de São Domingos do Norte, através de informações e documentos oficiais tais como: contrato de locação Contas de água, luz, telefone fixo e celular, Contrato de aluguel em vigor, junto às contas de consumo (água, luz, telefone), Fatura do cartão de crédito, declaração anual do Imposto de Renda, Contracheque emitido por órgão público, Demonstrativos ou comunicados do INSS e da SRF, Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, Boleto bancário de plano de saúde, mensalidade escolar ou condomínio, Extrato bancário de contas corrente e poupança, extrato do FGTS, Carnê do IPVA, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos ou Multa de trânsito, por no mínimo, 12 (doze) meses;

IV – Não ter sido o beneficiário contemplado em outros Programas Habitacionais, exceto Aluguel Social;

V – Não ser proprietário ou possuidor de outro imóvel, apresentando no ato do cadastro a Certidão Negativa de Propriedade emitido pelo Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos do Norte/ES, informando a não existência de imóvel cadastrado em nome do interessado e de membro de seu núcleo familiar;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES



VI – A família beneficiada não poderá transferir a posse e a propriedade do imóvel, a qualquer título pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da data do registro do imóvel no Cartório de Registro de imóveis da Comarca;

Parágrafo único. Denomina-se núcleo familiar o cônjuge ou companheiro, os filhos menores de idade e os demais dependentes econômicos do beneficiário.

Art. 7º Em caso de descumprimento das obrigações contidas no instrumento contratual, pela família donatária, a Procuradoria Geral do Município deverá tomar as medidas de ordem legal cabíveis para reaver o bem doado, o qual poderá ser objeto de nova doação para a próxima família suplente.

Art. 8º Os contratos de doação das casas e dos lotes deverão conter, no mínimo, as seguintes cláusulas:

I – Nome, nacionalidade, profissão, estado civil, data de nascimento, número de identidade, número de CPF e endereço;

II – Os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão ou revogação da doação por descumprimento dos encargos assumidos, com volta do bem doado ao patrimônio público do Município, para nova doação.

Parágrafo único. O Município, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, fiscalizará o fiel cumprimento das obrigações nos contratos celebrados sob a égide desta Lei e informará ao Gestor Municipal, a quem incumbirá determinar a tomada de medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de descumprimento das obrigações das famílias donatárias.

Art. 9º As localizações dos lotes a serem doados não serão de escolha do beneficiário, sendo autorizado ao Poder Executivo estabelecer critérios, desde que impessoais e objetivos e não sejam ofensivos à moralidade e aos demais princípios regentes da Administração Pública ou mediante sorteio a ser efetuado pela Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, no qual poderá lançar edital a ser publicado previamente, que estabelecerá os prazos e a forma que o sorteio se procederá.

Art. 10º Para a comprovação do requisito de que trata o art. 3º desta lei serão considerados meios aptos à comprovação de renda:

I – Carteira de Trabalho;

II – Folha de pagamento;

III – Declaração do beneficiário, sob as penas da lei, somada à avaliação por profissional do serviço social;

IV – Contratos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES

FOLHAS  
N.º 05

V – Certidões ou atestados de pessoa idônea ou empresa;

VI – Certidão do INSS;

Art. 11 Os inscritos que omitirem valores de sua renda familiar ou prestarem declarações falsas, que contribuam para o julgamento incorreto de seleção das inscrições serão desclassificados.

Parágrafo único. Sendo constatada a prática de crime de falsidade ideológica (artigo 299, do Código Penal), deverá a Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social promover a devida comunicação ao Ministério Público Estadual.

Art. 12 Os beneficiários das doações referentes ao art. 4º deverão promover o início da construção em até 06 (seis) meses contados da celebração do contrato de doação e a conclusão da obra deverá ser no prazo de 02 (dois) anos devendo obedecer aos padrões urbanísticos, na construção, em conformidade com o Código de Obras Municipal, a fim de evitar aglomerados ilegais, sob pena de revogação da doação e reversão do bem doado ao patrimônio público do Município.

§ 1º Caberá ao beneficiário comprovar periodicamente o andamento da obra.

§ 2º Em caso de falecimento do donatário antes de iniciada a construção, e mediante a impossibilidade de fazê-la por seus sucessores de primeiro grau na linha reta descendente, bem como cônjuge ou companheiro(a), o imóvel reverterá ao Município sem nenhum direito de indenização ou compensação aos sucessores.

§ 3º Em caso de falecimento do donatário após o início da construção, e mediante a impossibilidade de continuidade das obras por seus sucessores, o imóvel reverterá ao Município sem o pagamento de indenização e compensação dos gastos correspondentes aos seus sucessores.

§ 4º Além dos requisitos previstos pelas leis que regem os padrões urbanísticos do Município, nenhum imóvel construído nos lotes doados poderá ter menos de 44 m<sup>2</sup> e paredes sem pintura e reboco e telhado de fibrocimento visível ao final do prazo assinalado no caput deste artigo.

Art. 13 A doação dos lotes autorizada nesta Lei não obriga a doação de materiais de construção ou construção de moradias por parte do Município.

Parágrafo único. O beneficiário poderá participar de programas específicos para doação de materiais de construção, desde que observados as regras pertinentes, mediante estudo social.

Art. 14 Constituem motivos para a reversão dos lotes ao Município:

I – abandono do imóvel;

II – não utilização do lote para fins de moradia própria dos beneficiados;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES

FOLHAS

Nº 06

III – deixar de construir nos prazos estabelecidos nesta lei, sem a devida e motivada comunicação;

IV – permutar, transferir, vender ou de qualquer forma dispor do lote ora recebido por doação pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da data do registro.

Art. 15 Caso o beneficiário descumpra as obrigações assumidas, o lote, com todas as benfeitorias nele existentes, será retomado pelo Município, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem direito à indenização ou retenção, determinando-se a imediata retrocessão e consequente desocupação do lote.

Art. 16 Antes de iniciar o processo de doação dos imóveis de que trata o art. 2º e seguintes desta lei, o Município de São Domingos do Norte deverá regularizar e transferir os imóveis para os possuidores de boa-fé que adquiriram a posse antes do processo de desapropriação do loteamento.

Parágrafo único. As custas para a transferência dos imóveis de que trata esse artigo correrão por conta do beneficiário possuidor.

Art. 17 Para cumprimento do artigo anterior a Comissão Especial de Habitação, sendo que pelo menos um deles deverá ser do setor de engenharia, para atestar a presença dos seguintes requisitos:

I – Escritura, Contrato ou recibo de compra e venda anterior a data da desapropriação com informações suficientes para identificar o imóvel comercializado;

II - Inscrição Municipal do Imóvel junto a Secretaria Municipal de Fazenda que seja anterior a data da desapropriação;

III – Ausência de Débitos Fiscais sobre o imóvel;

§ 1º A comissão designada deverá publicar um edital para no prazo mínimo de 30 (trinta) dias os interessados apresentem a documentação necessária para que seja procedida com a regularização das alienações anteriores ao processo de desapropriação.

§ 2º Decorrido o prazo legal de que trata o parágrafo-anterior e após a análise da Comissão Especial de Habitação dos documentos apresentados, o Município procederá com a transferência dos imóveis para os possuidores de boa-fé devidamente identificados e aprovados pela comissão e incluirá os imóveis restantes do loteamento para o procedimento de doação de que trata o art. 2º desta lei.

§ 3º O Município deverá proceder com ampla divulgação dos atos da referida comissão, inclusive com a divulgação em rádios locais e imprensa volante para evitar prejuízos aos possuidores terceiros de boa-fé.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES



Art. 18 Caso as áreas de posse de que trata o *caput* do art. 16 não estejam com a caracterização integralmente compatível com o novo parcelamento do solo realizado pelo Município, eles deverão ser ajustados as novas confrontações definidas pelo novo parcelamento do solo.

Parágrafo único. Se for possível manter as características anteriores e para isso for necessário alterar o registro dos Imóveis no Cartório de Registro competente da Comarca, as custas e despesas correrão por conta do beneficiário.

Art. 19 As despesas decorrentes da matrícula, escrituração, registro, impostos e outras do gênero, ocorrerão por conta do beneficiado.

Art. 20 Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar os casos omissos da presente Lei por meio de Decreto Municipal.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Domingos do Norte - ES, 28 de novembro de 2023.

  
ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA  
Prefeita Municipal



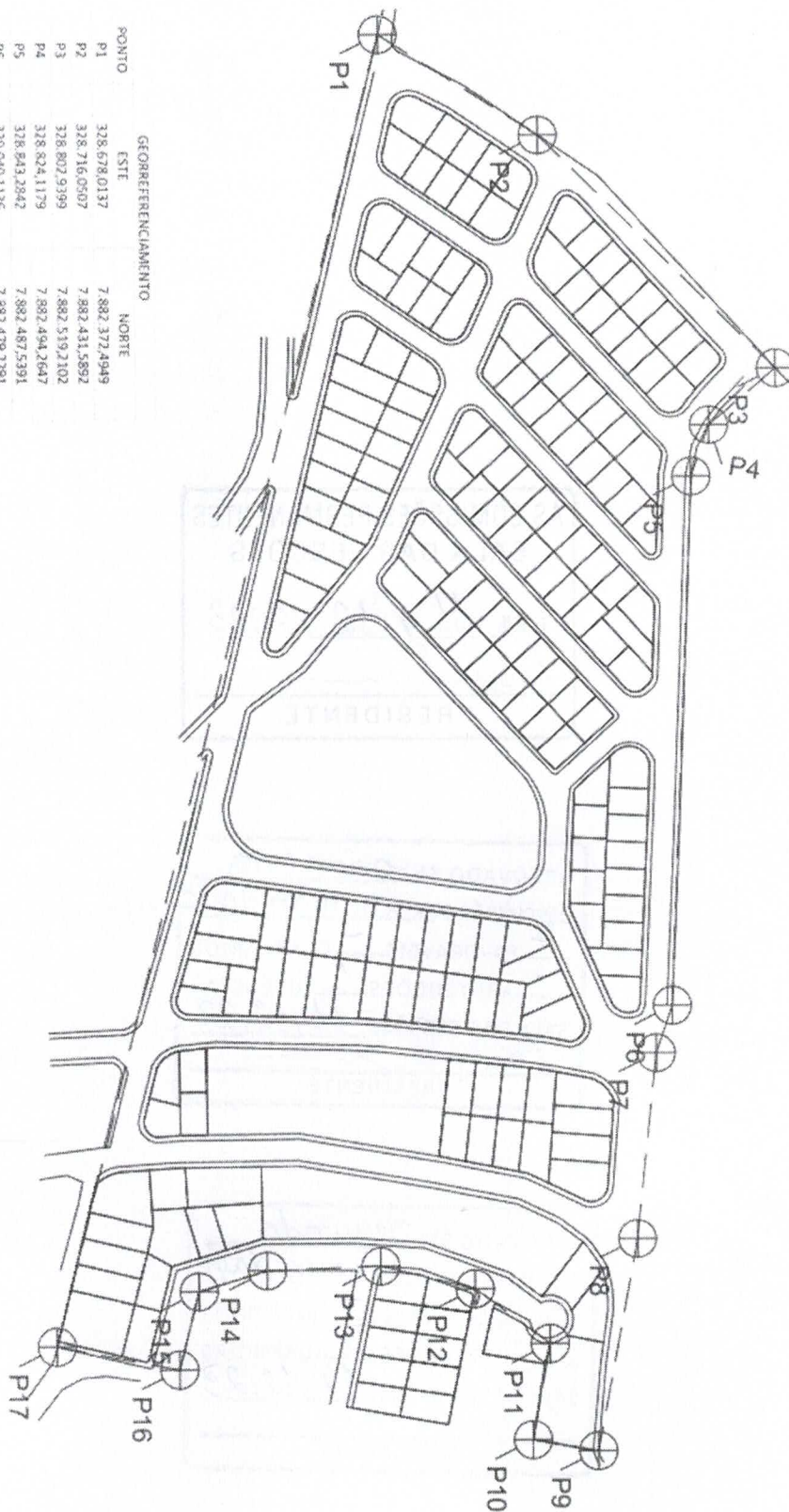


# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES

## ANEXO I

FOLHAS  
Nº 08

PONTO	GEOREFERENCIAMENTO	
	ESTE	NORTE
P1	328.678,0137	7.882.372,4949
P2	328.716,0507	7.882.431,5892
P3	328.802,9399	7.882.519,2102
P4	328.824,1179	7.882.494,2647
P5	328.843,2842	7.882.487,5391
P6	329.040,1136	7.882.479,2291
P7	329.057,7784	7.882.473,1706
P8	329.126,8828	7.882.465,5679
P9	329.205,8785	7.882.450,6782
P10	329.201,6177	7.882.426,5026
P11	329.165,7941	7.882.432,8874
P12	329.145,2570	7.882.405,1506
P13	329.136,5869	7.882.370,2690
P14	329.137,9605	7.882.328,2630
P15	329.145,6464	7.882.302,8808
P16	329.124,6124	7.882.295,5628
P17	329.165,7950	7.882.250,2052



**LOTEAMENTO KIKO**  
 DATA: 30 DE NOVEMBRO 2023  
 INDICADA: [ ]

*Handwritten signature*

ÀS COMISSÕES PERMANENTES  
SALA DAS SESSÕES  
EM 11 / 12 / 2023  
Beard  
PRESIDENTE

APROVADO EM primeira  
DISCUSSÃO POR unanimidade  
7 FAVORÁVEIS - CONTRÁRIOS  
- ABSTENÇÕES 1 AUSÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES, 11 / 12 / 23  
Beard  
PRESIDENTE

APROVADO EM segunda  
DISCUSSÃO POR unanimidade  
5 FAVORÁVEIS - CONTRÁRIOS  
- ABSTENÇÕES 3 AUSÊNCIAS  
SALA DAS SESSÕES, 14 / 12 / 23  
Beard  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) / [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 017/2023**

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte-ES

Os Vereadores que a esta subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o art. 140, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Domingos do Norte, REQUE-REM tramitação abreviada do **Projeto de Lei nº 32/2023**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que **“Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências.”**

Sala das Sessões,  
Em 11 de novembro de 2023.

AGUIMAR CELANTI

AMILTON JOSÉ TREVIZANI

CARLOS ALBERTO FERREIRA

DANILO HENRIQUE BALLARINI

ISRAEL STAUFFER SCHERRER

NILDO CARLOS PECEMILIS

SÉRGIO LUIZ TAMANINI

VANILDO SALVADOR

**São Domingos do Norte****PROCESSO: Nº 000216/2023 11/12/2023****Origem: Câmara Municipal**

**Assunto:** Requerimento de Urgência nº 017/2023 - EDILIDADE - Requerendo tramitação abreviada do Projeto de Lei nº 32/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências".



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

## REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 012/2023

Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Norte:

Os Vereadores que a esta subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, confor-

**INCLUI-SE NA ORDEM DO DIA DA**  
presente Sessão  
**SALA DAS SESSÕES, 11, 12, 23**  
Geod. Moura  
**PRESIDENTE**

APROVADO EM única  
DISCUSSÃO POR unanimidade  
7 FAVORÁVEIS — CONTRÁRIOS  
— ABSTENÇÕES 1 AUSÊNCIAS  
**SALA DAS SESSÕES, 11, 12, 23**  
Geod. Moura  
**PRESIDENTE**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte – ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)

### COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 32, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE LOTES DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE MORADIA, COM E SEM BENFEITORIAS, ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Projeto de Lei nº 32/2023, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a doação de lotes de interesse para fins de moradia.

A matéria foi distribuída a esta Comissão Permanente de Justiça e Redação, com fundamento no art. 41 do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 41. Compete à Comissão de Justiça e Redação:

I- manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

[...]

§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

[...]

É o relatório.

Opino.

A Carta Magna eleva os Municípios a uma posição de primeira grandeza no cenário jurídico pátrio, dotando-lhes de autonomia para legislar sobre assuntos de seu interesse, nos termos do art. 30, inciso I. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

A Lei Orgânica, em consonância, atribui competência privativa ao Município para legislar sobre temas de interesse local, conforme expresso no art. 19, inciso I.

Quanto ao objeto do projeto, relacionado à alienação, sendo a doação uma modalidade dessa categoria, é necessário mencionarmos os dispositivos legais pertinentes, a saber, o art. 17 da Lei nº 8.666/93 e o art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

Salienta-se a ausência de vícios de iniciativa, visto que a disposição sobre a alienação de bens municipais compete ao Poder Executivo Municipal.



FOLHAS

Nº 11

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)

A análise destaca a conformidade do projeto com os requisitos legais, ressaltando a consubstanciação do interesse público, respaldado pelo direito fundamental social à moradia, conforme preceituado no art. 6º da Constituição Federal.

A ausência de regulamentação da avaliação prévia e do procedimento licitatório para a doação dos lotes sem benfeitoria é apontada, sendo sublinhada a necessidade de observância da Lei de Licitações pela Administração.

Considerando a inexistência de vício no processo de formação da norma, seja no processo legislativo de sua elaboração, seja em razão de sua elaboração por autoridade incompetente, respeitadas as demais normas de regência, verifica-se, *in casu*, a constitucionalidade formal.

Outrossim, o presente projeto não afronta os textos constitucionais, nem mesmo regras ou princípios deles decorrentes, sendo, portanto, constitucional do ponto de vista material.

Além disso, sua forma e conteúdo estão em consonância com o Direito como um todo (Constituição, Leis, princípios jurídicos, jurisprudência, costumes, etc.), inclusive, com a Lei Complementar Federal nº 95/98, que versa sobre a técnica legislativa.

Dessa forma, manifesto-me pela aprovação do projeto de Lei em pauta, uma vez que foram observados todos requisitos formais e materiais.

É o voto.

Ante ao exposto, esta Comissão Permanente de Justiça e Redação manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 05 de dezembro de 2023, visto que o mesmo obedece aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa, nos termos do voto do Relator.

Sala das Comissões,  
Em 11 de dezembro de 2023.

**ISRAEL STAUFFER SCHERRER****Presidente****CARLOS ALBERTO FERREIRA****Relator****NILDO CARLOS PECEMILIS****Membro**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte – ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO****PROJETO DE LEI Nº 32, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE LOTES DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE MORADIA, COM E SEM BENFEITORIAS, ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Projeto de Lei nº 32/2023, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a doação de lotes de interesse para fins de moradia.

A matéria foi distribuída a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, com fundamento no art. 42 do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 42 Compete à Comissão de Finanças e Orçamento:

I - examinar e emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro em tramitação na Câmara;

[...]

É o relatório.

Opino.

A Carta Magna eleva os Municípios a uma posição de primeira grandeza no cenário jurídico pátrio, dotando-lhes de autonomia para legislar sobre assuntos de seu interesse, nos termos do art. 30, inciso I. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

A Lei Orgânica, em consonância, atribui competência privativa ao Município para legislar sobre temas de interesse local, conforme expresso no art. 19, inciso I.

Quanto ao objeto do projeto, relacionado à alienação, sendo a doação uma modalidade dessa categoria, é necessário mencionarmos os dispositivos legais pertinentes, a saber, o art. 17 da Lei nº 8.666/93 e o art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

Salienta-se a ausência de vícios de iniciativa, visto que a disposição sobre a alienação de bens municipais compete ao Poder Executivo Municipal.

A análise destaca a conformidade do projeto com os requisitos legais, ressaltando a consubstanciação do interesse público, respaldado pelo direito fundamental social à moradia, conforme preceituado no art. 6º da Constituição Federal.

A ausência de regulamentação da avaliação prévia e do procedimento licitatório para a doação dos lotes sem benfeitoria é apontada, sendo sublinhada a necessidade de observância da Lei de Licitações e Contratos Administrativos pela Administração.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)

Assim sendo, manifesto-me pela aprovação do projeto de Lei em pauta, uma vez que foram observados os requisitos legais pertinentes ao tema.

É o voto.

Ante ao exposto, esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 05 de dezembro de 2023, nos termos do voto do Relator.

Sala das Comissões,  
Em 11 de dezembro de 2023.

  
**VANILDO SALVADOR**  
Presidente

  
**SERGIO LUIZ TAMANINI**  
Relator

  
**DANILO HENRIQUE BALLARINI**  
Membro





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)

### COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

**PROJETO DE LEI Nº 32, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE “DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE LOTES DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE MORADIA, COM E SEM BENFEITORIAS, ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Projeto de Lei nº 32/2023, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a doação de lotes de interesse para fins de moradia.

A matéria foi distribuída a esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, com fundamento no art. 43 do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 43 Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência:

I - examinar e emitir parecer sobre:

a) assuntos atinentes à educação e ao ensino;

b) desporto e lazer;

**c) assistência social; (grifamos)**

d) assuntos ligados à área de saúde;

e) concessão de auxílios e subvenções nas áreas de saúde e educação.

II - atuar no âmbito das áreas de sua competência.

É o relatório.

Opino.

A Carta Magna eleva os Municípios a uma posição de primeira grandeza no cenário jurídico pátrio, dotando-lhes de autonomia para legislar sobre assuntos de seu interesse, nos termos do art. 30, inciso I. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

A Lei Orgânica, em consonância, atribui competência privativa ao Município para legislar sobre temas de interesse local, conforme expresso no art. 19, inciso I.

Quanto ao objeto do projeto, relacionado à alienação, sendo a doação uma modalidade dessa categoria, é necessário mencionarmos os dispositivos legais pertinentes, a saber, o art. 17 da Lei nº 8.666/93 e o art. 76 da Lei nº 14.133/2021.

Salienta-se a ausência de vícios de iniciativa, visto que a disposição sobre a alienação de bens municipais compete ao Poder Executivo Municipal.

A análise destaca a conformidade do projeto com os requisitos legais, ressaltando a consubstanciação do interesse público, respaldado pelo direito fundamental social à moradia, conforme preceituado no art. 6º da Constituição Federal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

Rua Theresa Fiorentini, 133 - Centro - São Domingos do Norte - ES CEP 29745-000

Telefone (027) 3742 1128 Fax 3742 1324 CNPJ 36.350.320/0001-19

[www.camarasdn.es.gov.br](http://www.camarasdn.es.gov.br) [admin@camarasdn.es.gov.br](mailto:admin@camarasdn.es.gov.br)

O direito à moradia é uma dimensão importante dos direitos humanos que busca assegurar que todas as pessoas tenham condições adequadas de habitação, reconhecido, inclusive, em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos.

A ausência de regulamentação da avaliação prévia e do procedimento licitatório para a doação dos lotes sem benfeitoria é apontada, sendo sublinhada a necessidade de observância da Lei de Licitações e Contratos Administrativos pela Administração.

Assim sendo, manifesto-me pela aprovação do projeto de Lei em pauta, uma vez que foram observados os requisitos legais pertinentes ao tema.

É o voto.

Ante ao exposto, esta Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 32, de 05 de dezembro de 2023, nos termos do voto do Relator.

Sala das Comissões,  
Em 11 de dezembro de 2023.

**ISRAEL STAUFFER SCHERRER**  
Presidente

**SERGIO LUIZ TAMANINI**  
Relator

**VANILDO SALVADOR**  
Membro



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

## BOLETIM DE VOTAÇÃO

**PROJETO:** Projeto de Lei nº 32 de 05 de dezembro de 2023**AUTOR:** Poder Executivo Municipal**ASSUNTO:** Dispõe sobre a autorização para doação de lotes de interesse social para fins de moradia, com e sem benfeitorias, às famílias no âmbito do Município de São Domingos do Norte na forma e condições que estabelece e dá outras providências

VEREADORES	PRIMEIRA DISCUSSÃO DIA 11/12/2023			
	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
AGUIMAR CELANTI	X			
AMILTON JOSÉ TREVIZANI				X
CARLOS ALBERTO FERREIRA	X			
DANILO HENRIQUE BALLARINI	X			
ISRAEL STAUFFER SCHERRER	X			
NILDO CARLOS PECEMILIS	X			
SÉRGIO LUIZ TAMANINI	X			
VANILDO SALVADOR	X			
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

VEREADORES	SEGUNDA DISCUSSÃO DIA 14/12/2023			
	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
AGUIMAR CELANTI	X			
AMILTON JOSÉ TREVIZANI				X
CARLOS ALBERTO FERREIRA	X			
DANILO HENRIQUE BALLARINI	X			
ISRAEL STAUFFER SCHERRER	X			
NILDO CARLOS PECEMILIS				X
SÉRGIO LUIZ TAMANINI	X			
VANILDO SALVADOR				X
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

**RESULTADO FINAL:**  APROVADO POR UNANIMIDADE  
 APROVADO POR MAIORIA  
 REJEITADO POR UNANIMIDADE  
 REJEITADO POR MAIORIA

  
**LEONEL MENEGUETE**  
Presidente